



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
R. Cel. Walter Kramer, 357 - Parque Vera Cruz, Campos dos Goytacazes/RJ
AUDITORIA INTERNA
Sala 19 - Tel.: (22) 2737-5668 – e-mail: audinterna@iff.edu.br

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 13/2022

TEMA:	TRANSPARÊNCIA SITE IFFLUMINENSE EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO DE APOIO	CAMPUS:	REITORIA
PERÍODO AUDITADO:	NÃO SE APLICA	PROCESSO PEN:	23317.007255.2022-59
UNIDADE GESTORA:	IFF – REITORIA	CÓDIGO DA UG/UORG:	158139
TIPO DE AUDITORIA:	OPERACIONAL	EMIÇÃO DO RELATÓRIO:	02/01/2023

1. INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, cumprindo a atribuição estabelecida no Decreto nº 3.591, de 06/09/2000, alterado pelo Decreto nº 4.304, de 16/07/2002, e em atendimento ao **Ofício-circular nº 181**, de 2018, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, bem como ao **Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2022**, aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 71, de 16/12/2021, – item VI – Relação dos trabalhos a serem realizados em função de obrigação normativa, **Auditoria nº 54**, apresenta, para apreciação e conhecimento, o Relatório de Auditoria Interna nº 13/2022, que versa sobre a transparência na relação entre o IFFluminense e a Fundação Pró-IFF (sua Fundação de Apoio), notadamente no que se refere à transparência relativa ao site do Instituto.

O Acórdão TCU nº 1.178/2018 (Plenário) determinou, a fim de fomentar a transparência no âmbito do relacionamento entre as Fundações de apoio e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)/ Institutos Federais (IFs), uma série de recomendações em relação às informações constantes em seus sítios eletrônicos.

Em relação à Auditoria Interna, o referido Acórdão determinou a inclusão, no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) por, no mínimo, quatro exercícios, de trabalhos específicos para verificar o cumprimento das recomendações. Considerando que nos exercícios de 2019, 2020 e 2021 foram elaborados, respectivamente, os Relatórios de Auditoria Interna 05, 09 e 07, contendo achados e recomendações, justifica-se o trabalho pelo quarto e último exercício consecutivo.

2. OBJETIVO E EXTENSÃO DOS TRABALHOS

A auditoria objetivou avaliar se o sítio eletrônico do IFFluminense cumpre as recomendações exaradas no Acórdão TCU nº 1178/2018 (Plenário).

Para fins de definição do escopo desta auditoria foi elaborada a Matriz de Planejamento **PT.Planejamento – Matriz de Planejamento**, a fim de nortear a execução das atividades, definindo detalhadamente cada procedimento a ser testado, bem como os parâmetros para auditoria.

3. LIMITAÇÃO DE ESCOPO

Dentre os testes previstos para realização da presente Auditoria, constava questão sobre divulgação atualizada e integral dos projetos e agentes da Fundação no site do IFFluminense.

Isso porque o Acórdão 1.178/2018 determina que:

a) sejam disponibilizados, na forma de relação, lista ou planilha que contemplem todos os projetos/agentes, de todas as fundações, para atender aos princípios da completude, da interoperabilidade e da granularidade;

b) haja possibilidade de filtrar, inclusive mediante pesquisa textual, de ordenar e de totalizar a relação de projetos e agentes por parâmetros;

c) haja possibilidade de gravação de relatórios a partir de lista ou relação, em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, de modo a facilitar a análise das informações;

d) haja atualização tempestiva das informações disponíveis em seus sítios eletrônicos na internet.

No entanto, a aplicação do referido teste restou prejudicada, pois não houve implementação de registro centralizado dos projetos da Fundação no site do IFFluminense (**vide Achado 01**).

Assim, não foi possível a análise da divulgação atualizada e integral de projetos e agentes por se tratar de desdobramento da implementação do registro.

4. FATOS CONSTATADOS

Achado 01 – Ausência de registro centralizado dos projetos realizados pela Fundação Pró-IFF em apoio ao IFFluminense.

Critério: Lei n.º 8.958/1994, Decreto nº 7.423/2010, art. 12, §2º, Acórdão TCU nº 1178/2018; Acórdão TCU nº 2731/2008, Lei 12.527/2011, art. 7º, VI, VII, "a" e art. 8º, §1º, V.

Situação encontrada:

De acordo com o Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.178/2018), entende-se por registro centralizado “um único sistema informatizado de acesso público na internet, que contempla todos os projetos de todas as unidades acadêmicas, independentemente da finalidade (ensino, pesquisa,

extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação), geridos por quaisquer fundações que apoiem a IFES/IF, divulgando informações sobre os projetos no que diz respeito a sua fundamentação normativa, sistemática de elaboração, planos de trabalho, valores, acompanhamento de metas e avaliação e resultados, dados relativos à seleção para concessão de bolsas, remunerações pagas e seus beneficiários".

A existência de registro centralizado é, assim, essencial para que haja informação pública, integral, disponível e transparente a respeito dos projetos desenvolvidos pela Fundação de apoio ao IFFluminense.

No Relatório nº 05/2019, ficou registrado que o IFFluminense não contava com sistema informatizado dos projetos realizados pela Fundação Pró-IFF, razão pela qual a Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação (atualmente, Pró-Reitoria de Extensão, Cultura, Esporte e Diversidade - PROEX) oficializou a demanda à Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação - processo nº 23317.005433.2019-10.

Em 2020 e em 2021, não houve alteração do quadro, conforme registrado nos Relatórios nº 09/2020 e nº 07/2021, encaminhado aos setores pertinentes, via SUAP, no bojo dos processos 23317.006428.2020-50, 23317.000030.2021-91 e 23317.005717.2021-12.

Repetido o teste de observação direta no sítio eletrônico do IFFluminense, foi possível constatar novamente que não há registro centralizado dos projetos realizados pela Fundação Pró-IFF em apoio ao Instituto.

Assim, opina-se pela **não conformidade** com o critério adotado.

Causas: descumprimento de acórdão TCU; ausência de fluxo sobre o tema.

Consequências: ausência de publicidade; óbice ao acesso à informação.

Grau de Impacto: Médio.

Achado 02 – Ausência de divulgação no sítio eletrônico do IFFluminense de informações acerca de sua relação com a Fundação de apoio.

Critério: Lei n.º 8.958/1994, Decreto nº 7.423/2010, art. 4º, II, IV, V, art. 6º, §11, e art. 7º, §1º e §5º; art. 12, V, Acórdão TCU nº 1178/2018, Acórdão TCU nº 2731/2008, Lei nº 12.2527/2011, art. 7º, V, VII; art. 8º, §1º, I, Decreto 7.724/2012, art. 7º, §3º, I, II.

Situação encontrada:

Nos Relatórios 05/2019, 09/2020 e 07/2021, ficou constatado que as únicas informações que constavam no sítio eletrônico do IFFluminense acerca de sua relação com a Fundação Pró-IFF consistiam em breve histórico sobre a criação da referida Fundação, suas áreas de atuação e *link* direcionando o usuário ao site da Fundação Pró-IFF.

Para o presente Relatório, foi novamente utilizada a técnica de observação direta no site do IFFluminense, sendo possível observar que as informações mencionadas são as mesmas citadas

anteriormente. Não há, assim, informações sobre os projetos da Fundação, realizados ou em andamento, sobre seus agentes ou demais dados solicitados pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 1.178/2018.

Assim, opina-se pela **não conformidade** com o critério adotado.

Causas: descumprimento do Acórdão 1.178 do Tribunal de Contas da União; ausência de fluxo sobre o tema.

Consequências: ausência de publicidade; óbice ao acesso à informação.

Grau de Impacto: Médio.

5. RECOMENDAÇÕES

01 – Criar registro centralizado no sítio eletrônico do IFFluminense contendo os projetos realizados pela Fundação de apoio, os agentes envolvidos e demais requisitos elencados no Acórdão TCU nº 1.178/2018 (Plenário).

Considerando as normas de regência da relação entre IFES/IF e Fundações de apoio (Lei 8.958/94 e Decreto 7.423/10), que trazem regras de prestação de contas e transparência, bem como a Lei de Acesso à Informação e seu Decreto regulamentador (Lei 12.527/11 e Decreto 7.724/12), que impõem a publicidade como preceito geral (inclusive para as entidades privadas que utilizam recursos públicos – art. 2º da referida Lei), o Tribunal de Contas da União determinou (Acórdão 1.178/2018) a disponibilização pela IFE, em sítio virtual de acesso público, de registro centralizado dos projetos desenvolvidos pela Fundação de apoio, bem como dos seus agentes.

Tal exigência é legal e constitucional (art. 37/CRFB), posto que a transparência permite ao cidadão que conheça e participe da Administração Pública.

Esse sistema informatizado deve, de acordo com o aludido acórdão:

- a) permitir o acompanhamento em tempo real da execução físico--financeira da situação de cada projeto;
- b) apresentar as informações na forma de uma relação, lista ou planilha de todos os projetos/agentes;
- c) apresentar relação/lista/planilha que possa ser ordenada, filtrada (inclusive mediante pesquisa textual) e totalizada por relação de projetos e agentes por diversos parâmetros (ex. Fundação de apoio; projeto, situação, unidade acadêmica, coordenador, classificação do projeto, valor, origem do recurso, exercício);
- d) permitir a gravação de relatórios (a partir de lista ou relação) em diversos formatos eletrônicos, tais como planilhas e texto, inclusive abertos e não proprietários.

Demais disso, no registro centralizado devem, segundo o mencionado acórdão, constar as seguintes informações:

- a) Fundação de apoio executora;
- b) nome do projeto;
- c) identificação do projeto (número ou código);

- d) situação do projeto (em execução ou concluído);
- e) unidade acadêmica envolvida;
- f) coordenador do projeto;
- g) avaliador designado para o projeto;
- h) classificação do projeto (ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional ou estímulo à inovação);
- i) descrição do objeto;
- j) prazo de execução;
- k) resultados esperados, metas e respectivos indicadores;
- l) valor do projeto;
- m) valor já executado do projeto;
- n) origem do recurso financeiro (IFFluminense, outra fonte federal, privada);
- o) o valor previsto para o ressarcimento pelo uso dos bens e serviços do IFFluminense;
- p) link para o projeto básico;
- q) link para o plano de trabalho;
- r) link para a relação prevista de participantes vinculados à instituição apoiada;
- s) link para a relação de pagamentos previstos por serviços a pessoas físicas e jurídicas;
- t) link para o ato de aprovação do projeto pelo órgão colegiado acadêmico competente da instituição apoiada;
- u) link para de acesso às informações do instrumento do ajuste formalizado (convênio, contrato, acordo e demais ajustes);
- v) link para a prestação de contas.

Assim, reiterando o disposto nos Relatórios 05/2019, 09/2020 e 07/2021, recomenda-se que o IFFluminense implemente o registro centralizado em seu sítio eletrônico.

Destinatário: DGTI

Classificação: 4. Ajuste de objetos

Tipo de Benefício: 2. Não Financeiro

Dimensão do Benefício: 2.2. Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos

Repercussão do Benefício: 2.A. Repercussão Transversal

Vinculação: Fatos Constatados, Achado 01.

02 – Adotar, na divulgação de informações sobre a Fundação Pró-IFF (em especial aquelas referentes ao registro centralizado de projetos e aos agentes que deles participem), padrão de divulgação atualizada e integral dos referidos projetos/agentes e que inclua a possibilidade de filtrar e gravar relatórios a partir de listas selecionadas.

Embora o teste que versa sobre o padrão de divulgação das informações dos projetos realizados pela Fundação de apoio (e seus agentes envolvidos) tenha restado prejudicado (**vide item 3, “Limitação de Escopo”**), permanece a necessidade não apenas de criação de registro centralizado (**Recomendação 01**), mas de registro centralizado que adote padrão de divulgação atualizada e integral dos referidos projetos e agentes participantes e que inclua a possibilidade de filtrar e gravar relatórios a partir de listas selecionadas.

Isso porque, de acordo com o Acórdão TCU 1.178/2018, “a transparência vai além da publicidade, porque impõe atributos gerenciais no acesso à informação. Não é suficiente que a informação esteja publicada, ela deve ser de fácil localização e manipulação. Portanto, a transparência envolve: a **completude**, com a divulgação dos objetos sob interesse na forma de uma relação, lista ou planilha; a maior **granularidade** possível na informação, isto é, deve-se procurar o máximo detalhamento e o mínimo de agregação (Decreto 8.777/16); **interoperabilidade**, o que significa a possibilidade de que organizações e sistemas trabalhar juntos, combinando-se diferentes conjuntos de dados (gravação em outros formatos e acesso automatizado); **usabilidade**, ou a facilidade de uso dos serviços de governo eletrônico (Lei 12.965/14, art. 25, IV), permitindo-se a navegação entre objetos relacionados de forma direta (transversalidade). Deixar de observar esses critérios implica desconsiderar a base jurídica e teleológica sobre a qual a transparência na gestão de recursos públicos foi construída”.

Necessário, portanto, como anteriormente recomendado nos Relatórios 05/2019, 09/2020 e 07/2021, que constem os seguintes itens no sítio eletrônico do IFFluminense:

- a) informações institucionais e organizacionais que explicitem regras e condições do relacionamento com sua fundação de apoio, a saber:
- a.1) a legislação aplicável ao relacionamento do IFFluminense com a fundação de apoio;
 - a.2) a ata de deliberação do colegiado do IFFluminense, concordando com o registro e credenciamento;
 - a.3) a norma aprovada pelo colegiado do IFFluminense que disciplina o relacionamento com a fundação;
 - a.4) a portaria de credenciamento;
 - a.5) o certificado de registro e credenciamento
 - a.6) a ata do órgão colegiado superior do IFFluminense e dos órgãos da fundação de apoio, comprovando a composição dos órgãos dirigentes da entidade;
 - a.7) as informações sobre a sua relação com a fundação, explicitando suas regras e condições;
 - a.8) a fundamentação normativa e a sistemática de elaboração, aprovação, acompanhamento, avaliação dos projetos;
 - a.9) as normas referentes à composição das equipes dos projetos;
 - a.10) a norma regulamentando a participação de estudantes em projetos institucionais de prestação de serviços, quando essa prestação é admitida na modalidade extensão;

- a.11) o disciplinamento das hipóteses de concessão de bolsas, seus referencias de valores, limite de carga horária para a participação de bolsistas, docentes/servidores;
- a.12) os critérios e procedimentos fixados para autorização de participação remunerada de professores e servidores em projetos;
- b) seleções para concessão de bolsas, abrangidos seus resultados e valores, de forma a atender ao princípio da publicidade;
- c) informações sobre agentes participantes dos projetos executados pela fundação de apoio (consideram-se agentes participantes aqueles que atuam em projeto nas seguintes situações: 1) são vinculados à instituição apoiada: docentes, servidores técnico-administrativos, estudantes regulares, pesquisadores de pós-doutorado e bolsistas com vínculo formal a programas de pesquisa da instituição apoiada; 2) não têm vínculo com a instituição apoiada, tais como: dirigentes da fundação, empregados da fundação, participantes externos), tais como:
- c.1) nome do agente;
 - c.2) CPF do agente;
 - c.3) identificação funcional do agente (matrícula SIAPE, matrícula do aluno, matrícula na fundação);
 - c.4) o tipo de vínculo: docente, servidor técnico-administrativo, estudante regular, pesquisador de pós-doutorado, bolsista com vínculo formal a programas de pesquisa da instituição apoiada; dirigente da fundação, funcionário da fundação, participantes externos;
 - c.5) cargo ou função do agente;
 - c.6) fundação de apoio executora do projeto;
 - c.7) nome do projeto;
 - c.8) unidade acadêmica envolvida;
 - c.9) situação do projeto (em execução ou concluído);
 - c.10) link para área do site que contém as informações do projeto;
 - c.11) identificação do processo seletivo por meio do qual o agente foi escolhido;
 - c.12) ato que autorizou a participação do agente no projeto;
 - c.13) carga horária semanal no projeto;
 - c.14) mês de competência referente aos pagamentos feitos ao agente;
 - c.15) valor dos vencimentos ou salário;
 - c.16) valor de diárias pagas;
 - c.17) valor da bolsa;
 - c.18) valor de outros benefícios;
- d) metas propostas e indicadores de resultado e de impacto que permitam avaliar a gestão do conjunto de projetos, e não de cada um individualmente, quais sejam:

- d.1) as metas estabelecidas;
- d.2) os indicadores de resultado e impacto;
- d.3) os projetos desenvolvidos (conjunto de operações, limitadas no tempo, resultando um produto);
- d.4) as atividades desenvolvidas (operações realizadas de modo contínuo, resultando um produto ou serviço);
- d.5) as obras executadas;
- d.6) os resultados alcançados;
- d.7) relatórios de gestão anuais;
- d.8) avaliações de desempenho, exigidas para instrução do pedido de renovação de registro e credenciamento, baseadas em indicadores e parâmetros objetivos, demonstrando os ganhos de eficiência obtidos na gestão de projetos realizados com a colaboração da fundação;

e) relatórios de avaliações de desempenho exigidas para instrução do pedido de renovação de registro e credenciamento, baseadas em indicadores e parâmetros objetivos, com demonstração dos ganhos de eficiência obtidos na gestão de projetos realizados com a colaboração da fundação de apoio;

f) relatórios das fiscalizações realizadas em suas fundações de apoio.

Destinatário: PROEX

Classificação: 4. Ajuste de objetos

Tipo de Benefício: 2. Não Financeiro

Dimensão do Benefício: 2.2. Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos

Repercussão do Benefício: 2.A. Repercussão Transversal

Vinculação: Fatos Constatados, Achado 02.

6. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

A metodologia utilizada nesta auditoria, considerando o objetivo, o escopo e a natureza do trabalho realizado, consistiu na realização de avaliação sobre questões propostas e documentos disponibilizados segundo os critérios propostos na **Matriz de Planejamento** (PT.Planejamento).

Para tal avaliação, utilizou-se a técnica de auditoria interna denominada "observação direta", que consiste em método de coleta de informação contextualizada sobre a forma de funcionamento do objeto auditado.

A técnica de observação direta permite realizar essa tarefa de forma sistemática e estruturada, valendo-se de roteiros para registro das observações (PT.Execução).

7. AMOSTRAGEM

Considerando que o trabalho utiliza a técnica de auditoria de observação direta e busca verificar o cumprimento de requisitos de transparência no sítio eletrônico do IFFluminense, não foi utilizada amostragem para a aplicação dos testes de auditoria.

8. RESULTADOS ESPERADOS

O resultado esperado com o presente trabalho é o aperfeiçoamento do portal eletrônico do IFFluminense, a fim de garantir a publicidade e a transparência. Os benefícios provenientes deste trabalho refletirão no aprimoramento do sítio eletrônico com a inclusão das informações exigidas pelo Acórdão TCU nº 1.178/2018 (Plenário).

9. OUTROS/SUGESTÕES

Importante registrar que durante o monitoramento das recomendações exaradas no Relatório de Auditoria nº 05/2019, foi realizada reunião, em 14/11/2019, com representantes da PROPEI (atualmente, PROEX), da Auditoria Interna, da Diretoria de Comunicação e da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI).

Naquela ocasião, a representante da DGTI propôs que a divulgação dos projetos desenvolvidos pela Fundação de apoio fosse realizada, enquanto o sistema de registro não estivesse disponível, por meio de formulário no site do Instituto. A proposta contou com anuência de todos os participantes. No entanto, até a data do presente Relatório, três anos depois, o site do IFFluminense permanece sem a divulgação dos projetos.

Consultado o Portal de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFFluminense¹, a fim de verificar o andamento da Demanda de Projeto oficializada pela PROEX à DGTI sobre a criação de registro centralizado, não foram encontradas informações sobre o andamento da demanda.

Em consulta à DGTI, a Auditoria Interna foi informada, em 30/12/2021, que "o Comitê de Governança Digital - CGD, em reunião ocorrida para priorização de projetos do portfólio 2021-2022, decidiu por não priorizar o desenvolvimento de uma nova solução, uma vez que esta demanda poderá ser atendida com outras soluções já existentes na instituição. A utilização destas outras soluções existentes poderá agilizar o atendimento à demanda, uma vez que nosso quadro de profissionais disponíveis para o desenvolvimento de um novo sistema ou módulo SUAP está bastante limitado pelas demais demandas por hora priorizadas. Diante do exposto, iremos agendar uma reunião com as áreas responsáveis e com a auditoria interna para expormos as possíveis formas de atendimento. Caso as soluções apresentadas

¹ <https://portal1.iff.edu.br/tic/portfolio-de-projetos-de-tic/projetos-em-andamento-capa>

ainda assim não atendam às recomendações, podemos levar novamente a solicitação para nova apreciação do CGD."

Posteriormente, em 20/07/2022, o Diretor da DGTI informou o seguinte: "Prezados, reforço que em relação ao projeto a ser desenvolvido para atendimento ao fato constatados na auditoria não foi priorizado para execução no ano de 2022 e que esta Diretoria apresentou junto as áreas responsáveis pelo dados/informações soluções alternativas para atendimento, por exemplo: planilhas de dados com visualização de dados por ferramentas de Análise de Dados (PowerBI ou Google DataStudio). Para conhecimento segue página de acompanhamento dos projetos em desenvolvimento e priorizados pelo comitê <https://portal1.iff.edu.br/tic/portfolio-de-projetos-de-tic/portfolio-2021-2022> Neste link pode ser verificados as atas das reuniões do Comitê com as devidas deliberações. <https://portal1.iff.edu.br/tic/estrutura/colegiados/comite-de-governanca-digital>".

A respeito da última informação, importante ressaltar que as atas que constam no referido link são referentes apenas ao ano de 2021, estando desatualizado o site.

Por derradeiro, em 28/12/2022, a respeito da ocorrência de reunião do Comitê de Governança Digital para definição dos projetos que serão priorizados em 2023, a DGTI informou que "A reunião do Comitê para avaliação dos projetos não aconteceu. Tivemos uma reunião no dia 15/12, porém foi apenas para apresentação dos projetos finalizados e para solicitação de adiamento do PDTIC por 6 meses. Dentro deste prazo não faremos priorização de novos projetos. Porém, quando iniciarmos o período para novas priorizações, informaremos aos interessados".

Considerando que as recomendações feitas no presente Relatório e nos Relatórios de Auditoria anteriores sobre o tema decorrem do Acórdão TCU nº 1178/2018 (Plenário), ressalta-se que persiste a necessidade de cumprimento das determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União.

10. RESPONSABILIDADE

A adoção das recomendações contidas neste Relatório é responsabilidade da alta administração, que tem como missão zelar pelo fortalecimento dos controles internos da entidade, aceitando formalmente o risco associado caso decida por não realizar nenhuma ação, conforme o disposto no item nº 176 da Instrução Normativa nº 003/2017/CGU.

O processo de gerenciamento de riscos é responsabilidade da alta administração e do CONSUP, e deve alcançar toda a organização. Assim, a administração é a principal responsável por implementar controles internos, prevenir, detectar e mitigar riscos, inclusive os de fraude e corrupção.

Responsabiliza-se por este trabalho o auditor signatário, o qual elaborou e executou todo o processo de planejamento e auditoria.

11. CONCLUSÃO

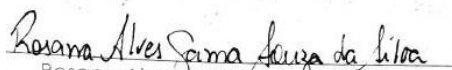
Conclui-se que o objetivo desta auditoria foi atingido ao verificar se houve cumprimento dos requisitos elencados no Acórdão TCU nº 1178/2018 (Plenário). Destaca-se que a finalidade da Auditoria Interna é agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos e um melhor aproveitamento dos recursos envolvidos por meio da recomendação de soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios.

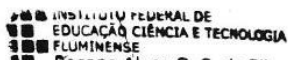
12. DAS HORAS CONSUMIDAS PELA AUDITORIA INTERNA

Consumo de horas pelos servidores neste trabalho:

<u>Nome (Servidor):</u>	<u>Nº de Horas Consumidas</u>
Rosana Alves Gama Souza da Silva	28:00
Vaneska Tavares Rangel Prestes	06:00

Campos dos Goytacazes, 02/01/2023.


Rosana Alves Gama Souza da Silva
Auditora Interna
Mat. 2229692 SIAPE


INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FLUMINENSE
Rosana Alves G. S. da Silva
Auditora Interna
Matricula 2229692